

## Revisitando a “Classe Média” brasileira: contribuições para o debate

**Maria Cecília Lustosa** – Professora Associada, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FEAC, Universidade Federal de Alagoas - UFAL

**Matthieu Clément** – Professor Associado do Groupe de Recherche en Économie Théorique et Appliquée – GREThA (UMR 5113) / Université Montesquieu Bordeaux IV, França

**François Combarnous** – Professor Associado do Groupe de Recherche en Économie Théorique et Appliquée – GREThA (UMR 5113) / Université Montesquieu Bordeaux IV, França

### Resumo

Diante do debate no meio acadêmico nos últimos anos em torno do surgimento de uma nova classe média no Brasil e em outros países emergentes, aliada à necessidade de ordenação do tema para o melhor entendimento deste fenômeno, o objetivo deste artigo é aprimorar a identificação e a caracterização da classe média urbana brasileira utilizando uma metodologia que combina as abordagens econômica (baseada na renda) e a sociológica (baseada na educação e ocupação). Delimitou-se a classe média utilizando inicialmente um critério monetário. Posteriormente, por meio da Análise de Cluster por Classificação Hierárquica Ascendente (CHA), identificaram-se os grupos (ou *clusters*) a partir de critérios de educação e ocupação nesta classe média identificada pelo critério monetário. Adicionalmente, estes grupos foram analisados à luz de outras variáveis socioeconômicas, a fim de compreender a heterogeneidade da classe média brasileira em suas diversas características econômicas, sociais e espaciais. A base de dados utilizada foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2011. Como resultado, foram identificados seis grupos com características socioeconômicas distintas: Aposentados (31% da classe média); Classe Média Alta de Independentes (5%); Classe Média Alta de Funcionários (9%); Empregados sem Carteira Assinada (10%); Independentes Informais (15%) e Empregados com Carteira Assinada (31%). O primeiro grupo é claramente composto por aposentados do INSS, o segundo e o terceiro grupos apresentam características mais semelhantes à estratificação de renda dos ricos, o quarto e o quinto grupos assemelham-se às características da estratificação de renda dos pobres e o último grupo pode ser considerado a “classe média da classe média”. Apesar de pertencerem ao mesmo estrato de renda, a chamada classe média urbana é altamente heterogênea, apontando evidências de superexploração do trabalho.

**Palavras-chave:** classe média urbana, abordagem socioeconômica, análise de cluster, Brasil.

## 1 Introdução

Um fenômeno decorrente do crescimento econômico dos países emergentes nas duas últimas décadas foi a expansão da chamada “classe média”. No Brasil, particularmente, esse fenômeno vem sendo amplamente divulgado pelo governo e pela mídia nos últimos seis anos, que a chamam de “nova classe média”. De acordo com a Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo Federal (SAE), a expansão da classe C, como popularmente chamada, está sendo a responsável por um impulso no consumo de bens e serviços: viagens, cosméticos, lanches (*fast-food*), acesso à internet e empreendimentos imobiliários voltados especificamente para esta classe, entre outros.

Essa “nova classe média” suscitou concepções diferentes de sua importância. Podem-se identificar duas vertentes de análise: por um lado, o governo, alinhado com os argumentos liberais da literatura internacional, ressalta que a importância do crescimento da classe média reside no fato de que se pode assegurar um desenvolvimento sustentado da mesma maneira como ocorrido nos países desenvolvidos no passado. Além do mais, o aumento da classe média torna a sociedade menos polarizada, aumentando a coesão social e a demanda por melhores instituições, políticas e regras mais democráticas. Essa vertente define a classe média unicamente através de um critério monetário, mais usualmente a renda, considerando a inserção no mercado consumidor como ascensão social.

A outra vertente de análise, de cunho mais sociológico e marxista, discorda do fato de que os milhares de pessoas que aumentaram sua renda, e, portanto, ingressaram na classe média, ascenderam socialmente. Ainda mais, essa “nova classe média” não possui capital cultural, importante elemento de mobilidade social. Além do mais, o aumento do consumo de bens e serviços se deu principalmente por meio do endividamento das famílias, sendo considerada uma nova forma de superexploração da força de trabalho,

Não obstante ao debate, a maioria concorda que houve uma expansão da “classe média”, porém a quantidade de pessoas que ingressaram nesta categoria nos últimos anos é divergente, pois não há um consenso sobre a metodologia de sua identificação por duas razões: porque é um conceito impreciso, controverso e transdisciplinar; e porque a “classe média” é altamente heterogênea.

Diante do debate no meio acadêmico nos últimos anos, aliada à necessidade de ordenação do tema para o melhor entendimento deste fenômeno, o objetivo deste artigo é aprimorar a identificação da classe média urbana brasileira utilizando uma metodologia inovadora que combina as abordagens econômica (baseada na renda) e a sociológica (baseada na educação e ocupação). Desta forma, pode-se melhor compreender a heterogeneidade da classe média urbana brasileira,

evidenciando que não é somente o critério renda que a define, pois alguns grupos possuem capital cultural e que a superexploração não se dá em toda a “classe média”.

Apesar de concordar que chamar de “classe média” um grupo intermediário de renda não esteja de acordo com a literatura sociológica sobre o conceito de classe, optou-se por chamar esse estrato intermediário de renda como classe média, sem aspas, pois não é objetivo deste artigo fazer tal discussão.

Este artigo está dividido em cinco seções, incluindo esta introdução. A seção seguinte faz uma breve exposição das duas vertentes opostas de análise do fenômeno da classe média. A seção 3 e propõe uma caracterização multidimensional da classe média, visando mesclar as abordagens da economia e da sociologia sobre o tema. A seção 4 mostra os resultados obtidos por esta metodologia inovadora, primeiro identificando e caracterizando as diferentes classes – pobres, classe média e ricos – e depois mostrando a composição heterogênea da classe média urbana brasileira. A última seção traça as considerações finais do artigo.

## **2 Duas vertentes de análise acerca da classe média brasileira**

A expansão da classe média nas economias emergentes foi objeto de análise de tanto das correntes de pensamento da economia ortodoxa quanto da heterodoxa, incluindo também estudos de outros cientistas sociais sobre o tema. A seguir, faz-se uma breve caracterização de ambas vertentes de análise, sendo que a ortodoxa vê o crescimento da classe média como benéfico para as economias emergentes e a heterodoxa faz sua crítica.

Uma das consequências do aumento da riqueza e, concomitantemente, da redução da taxa de pobreza nos países emergentes nas duas últimas décadas foi o surgimento de um grupo social chamado pela literatura econômica ortodoxa de “nova classe média”. Esse fenômeno é considerado como um dos mais importantes determinantes das mudanças sociais ocorridas a partir da década de 1990 na China (TOMBA, 2004, YUAN et al, 2011, BONNEFOND; CLÉMENT, 2012), na América Latina (FERREIRA et al, 2013, FRANCO et al., 2010, SOSA ESCUDERO; PETRALIA, 2010), e também no Brasil (NERI, 2008, NERI; CARVALHAES, 2008, SOUZA; LAMOUNIER, 2010). O mesmo fenômeno também foi constatado e estudado na Índia e na África do Sul.

O surgimento e a expansão da classe média são vistos como um catalisador, capaz de conduzir mudanças socioeconômicas e políticas importantes, além constituir também certa prova de políticas econômicas bem direcionadas em vista de satisfazer as necessidades básicas da população. A classe média pode ser concebida como um catalizador por duas vias principais: a primeira considera o seu crescimento como um motor do consumo (BANERJEE; DUFLO, 2008). O

tamanho da classe média, e a consequente redução da pobreza, tende a aumentar os gastos das famílias, mas também leva a mudanças no padrão de consumo.

A segunda via está relacionada ao surgimento de uma classe média ampla, que pode ajudar a aumentar a coesão social, a estabilidade política e ainda promover a democracia (LIPSET, 1959; MULLER, 1997; EASTERLY, 2001; LOAYZA et al., 2012). A ideia principal é que as sociedades em que ocorre um aumento da classe média tornam-se menos polarizadas e tendem a implementar políticas a favor do desenvolvimento econômico e social. A classe média atua como uma zona neutra entre os pobres e os ricos (JING, 2010) e, como explica Easterly (2001), o estabelecimento de um “consenso da classe média” é uma força motriz para promover boas instituições e políticas, além de regras democráticas. Assim, de acordo com a literatura internacional, o fenômeno da expansão da classe média nos países emergentes pode assegurar um desenvolvimento sustentado da mesma maneira como ocorrido nos países desenvolvidos no passado.

O conceito da “nova classe média” brasileira é criticado por publicações de outras abordagens disciplinares, que apontam para o reducionismo da delimitação da classe média apenas por variáveis monetárias, desconsiderando a realidade social, desprezando outras categorias de análise, como educação, trabalho e questões simbólicas (SOUZA, 2013; VICENTE, 2013). Apesar de o discurso oficial afirmar que a classe média já é majoritária, o lado bom da estratificação da sociedade pelo critério da renda, a desigualdade continua presente, dado que pelo Censo de 2010 os 10% domicílios mais ricos possuíam mais de 42% da renda nacional e o Brasil está na 84ª posição no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 187 países (FLEURY, 2013). Assim, as políticas governamentais que aumentaram o nível de emprego, o salário mínimo em termos reais e as transferências condicionais, “... ainda são insuficientes para transformar a estrutura social brasileira” (idem, p. 74).

De acordo com Scalon e Salata (2012) não se deve considerar a medição do consumo apenas pela posse de bens, sem levar em conta as práticas e tendências de consumo. Além do mais, há segmentações importantes na classe média de acordo nível educacional, ocupação, posse de bens de consumo, entre outras variáveis, e concluem que não faz sentido referir-se a uma “nova classe média”, uma vez que não houve mudanças na estrutura de classes.

Sobrinho (2011) coloca três questionamentos: primeiro, o fato de tratar um estrato de renda com o conceito de classe social, sem considerar os processos sociais que levam à identidade de uma classe. Segundo, o fato de ser média, uma vez que o limite inferior desta estratificação é menor que a metade salário mínimo necessário (SMN), calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o que leva a um padrão de vida incompatível com o estilo da “classe média”, distinto do padrão das classes inferiores. Esses dois primeiros

questionamentos também são corroborados por Luce (2013). Terceiro, questiona a adjetivação de “nova”, que leva à ideia de que havia uma “velha” classe média, logo com características distintas da camada da população que agora integra esta classe. Então, a “nova” deveria ser tratada analiticamente separa da “antiga”.

Seguindo o argumento de que os indivíduos que ascenderam para a “nova classe média” não tiveram, necessariamente, ascensão social, Souza (2013, p. 62) argumenta que: “‘Ascender socialmente’ só é possível a quem logra incorporar as pré-condições que o capitalismo atual pressupõe para a crescente incorporação das distintas formas de conhecimento e de capital cultural como ‘porta de entrada’ em qualquer de seus setores competitivos”. Ou seja, o capital cultural é uma característica das classes trabalhadoras modernas, que é constituído tanto pelas pré-condições psicológicas para o aprendizado, quanto pelo aprendizado em si. Os indivíduos antes pobres que ascenderam a um estrato de renda mais alto, a “nova classe média”, possuem baixo capital cultural para um mercado de trabalho competitivo. “Falta-lhes educação regular e continuada, cultura e profissionalização, esses os principais entraves na questão da mobilidade social no Brasil” (VICENTE, 2013).

A análise da classe média pelo critério puramente econômico não considera as condições de emprego e trabalho, ocorrendo “... uma descontextualização de cunho político e ideológico que impede a tematização da superexploração e endividamento dessa população” (FLEURY, 2013, p. 75). O aumento do consumo da “nova classe média”, como eletrodomésticos<sup>1</sup>, está diretamente relacionado com o crescente endividamento das famílias, que nesse caso, pode ser considerada uma nova forma de superexploração<sup>2</sup> da força de trabalho. Assim,

“Ao ter de elevar o desgaste de sua força de trabalho (cumprir mais horas-extras, vender 1/3 das férias etc.) e ao ter de endividar-se para acessar tais valores de uso, os indivíduos da família trabalhadora estarão ou se submetendo a uma violação de seu fundo de vida para compensar parcialmente a insuficiência de seu fundo de consumo ou comprometendo o seu próprio fundo de consumo futuro, mediante endividamento, na tentativa de compensar a sua violação no presente” (LUCE, 2013, p. 184).

Vale ressaltar que este modelo de expansão do consumo também é responsável por impactos ambientais significativos. Por exemplo, a obsolescência programada dos atuais bens de consumo duráveis geram enormes quantidades de resíduos sólidos no meio urbano, além dos problemas de emissão veicular e de mobilidade urbana, derivados da adoção do modal de transporte rodoviário com insuficiência do transporte urbano de massa, o que contribui sobremaneira para a redução da qualidade de vida da população urbana.

---

<sup>1</sup> Além de eletrodomésticos, há outros itens importante de consumo como: “... casa, carro, computador, crédito ...” (NERI, 2008, p. 5).

<sup>2</sup> A categoria de superexploração do trabalho foi elaborada por Ruy Mauro Marini. Para maiores detalhes desse conceito, ver Luce (2013) e Almeida Filho (2013).

### 3 Caracterização multidimensional da classe média urbana: uma abordagem inovadora

Apesar de o crescimento da classe média dos países emergentes ser observado pelos acadêmicos, pelos governos e pela mídia, não há um consenso sobre a metodologia de sua identificação, por duas razões em geral: a primeira é que a classe média é um conceito impreciso, controverso e transdisciplinar. De acordo com Pressman (2007), há uma diversidade de abordagens que definem e identificam a classe média. Podem-se distinguir quatro abordagens disciplinares: (i) a econômica, baseada na renda; (ii) a sociológica, baseada na ocupação e na educação; (iii) a subjetiva, baseada na consciência de classe; e (iv) a administrativa, baseada nos hábitos de consumo. Ademais, dentro de cada abordagem há uma enorme diversidade de definições e métodos de identificá-la.

A segunda razão é que a classe média é altamente heterogênea, sobretudo nos países emergentes. Esta heterogeneidade é reconhecida na classe média brasileira pelo governo. “A expansão da classe média foi também caracterizada pela entrada prioritária dos grupos sociais menos privilegiados que antes estavam nela subrepresentados. Como resultado dessa entrada diferenciada, a classe média brasileira se tornou muito mais heterogênea...” (BRASIL, 2012b, p. 7).

O governo brasileiro, por meio da Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE, lançou em setembro de 2012 o Programa “Vozes da Classe Média”, dada a importância do crescimento deste segmento de renda no Brasil. Dentre vários métodos apresentados para definição da classe média, foi decidido sua delimitação pelo critério de grau de vulnerabilidade, ou seja, “a partir da probabilidade de que se esteja em condição de pobreza em algum momento dos próximos 5 anos, dada a renda domiciliar *per capita* inicial” (BRASIL, 2012a, p. 57). Os limites inferior e superior de delimitação da classe média foram definidos pelo método de polarização, resultando num intervalo entre R\$ 291,00 e R\$ 1019,00. Além disso, a classe média foi dividida em três categorias, de acordo com a renda *per capita* das famílias: Baixa, entre R\$291 e R\$441; Média, entre R\$441 e R\$641; Alta, entre R\$641 e R\$1019 (BRASIL, 2012a). Apesar do esforço de delimitação da classe média brasileira, esta definição também está baseada num critério monetário.

Dada a heterogeneidade da classe média brasileira e as críticas à sua delimitação, torna-se, portanto, necessário fazer uma caracterização multidimensional da classe média, considerando, além da variável monetária, variáveis de ocupação e de educação, que são os principais focos da literatura sociológica sobre estrutura de classes.

A fim de combinar as abordagens da economia<sup>3</sup> e da sociologia, utilizou-se uma abordagem multidimensional e inovadora, combinando uma definição de classe média com base em critérios de renda (econômico) e de ocupação/educação (sociológico). Apesar de a renda estar fortemente correlacionada com as variáveis de ocupação e de educação, essas características permitem aprofundar a identificação da classe média e mostrar sua heterogeneidade. Assim, a metodologia adotada consiste em três etapas:

- Primeira: delimitação da classe média urbana utilizando a abordagem a partir da variável renda, utilizando o critério monetário misto – entre meio salário mínimo e o 90º percentil de rendimento médio mensal domiciliar<sup>4</sup> per capita –, como justificado na subseção 4.1.
- Segunda: utilização de um procedimento de classificação com três variáveis relacionadas ao perfil ocupacional e educacional – categoria socioprofissional do trabalho principal, *status* do emprego principal e nível de ensino – dos chefes dos domicílios que pertencem à classe média urbana previamente identificada na primeira etapa. Esse procedimento de classificação utiliza a Análise de Cluster por Classificação Hierárquica Ascendente (CHA) e é consolidada pelo método *K-means* da partição relevante, ou o número relevante de *clusters*, visando aumentar da variância interclasse (interna) enquanto minimiza a variância intraclasse (interna). A partição relevante é definida após a representação em um dendograma, que possibilita a observação do número de agrupamentos relevantes. Depois foi feita uma comparação das participações das variáveis utilizadas em cada *cluster* (agrupamento) com o total da população a fim de fornecer uma descrição precisa de cada um deles (tabela 4).
- Terceira: exame dos *clusters* identificados na etapa anterior por meio da comparação da distribuição entre eles de variáveis socioeconômicas adicionais, ou variáveis de classificação, e o total da população, refinando a caracterização de cada cluster (tabela 5). Foram selecionadas as seguintes variáveis em relação aos domicílios urbanos: região geográfica, características do chefe do domicílio (média de idade, aposentado do INSS, mulher, cor branca, cor parda), características do domicílio e equipamentos (casa, apartamento, próprio já pago, próprio ainda pagando, alugado, média de cômodos por pessoa, motocicleta, carro, motocicleta e carro, microcomputador, acesso à internet), número de moradores, atividade e renda (média de moradores, média da taxa de atividade, rendimento mensal *per capita*, coeficiente de variação do rendimento).

<sup>3</sup> Para uma síntese da literatura sobre a delimitação empírica de classe média de renda ver Bonnefond et al. (2013).

<sup>4</sup> De acordo com IBGE (2014), a definição do rendimento mensal na Pnad corresponde: “A soma do rendimento mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes constituiu o rendimento mensal apresentado para as pessoas de 10 anos ou mais de idade e para as economicamente ativas. O rendimento mensal apresentado para as pessoas não-economicamente ativas foi o oriundo de outras fontes”.

O objeto de estudo é a classe média urbana, uma vez que a taxa de urbanização no Brasil é de 84% (IBGE, 2012), logo bastante representativo da população brasileira. Outra justificativa para tal escolha é que há diferenças muito grandes entre os estilos de vida no meio urbano e no meio rural, dificultando a comparabilidade, sobretudo entre as regiões geográficas, que possuem grande heterogeneidade. Além do mais, algumas pesquisas não captam o autoconsumo da população rural, o que pode levar a uma avaliação errônea das suas características.

A base de dados utilizada foram os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD – de 2011, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (IBGE, 2013). Trata-se de uma pesquisa amostral, com periodicidade anual (exceto para os anos de realização do Censo) e de abrangência nacional. Os temas investigados são: características gerais dos moradores, educação, migração, trabalho e rendimento, trabalho infantil, fecundidade, características domiciliares e tecnologia da Informação. Na pesquisa de 2011, foram visitados 146 mil domicílios e entrevistadas 359 mil pessoas (IBGE, 2013).

## **4 Resultados e discussão**

### **4.1 Classe média: identificação e caracterização**

O tamanho da classe média varia segundo os diferentes critérios de identificação. Foram selecionados alguns deles para efeitos de comparação do tamanho da classe média, de acordo com sua relevância para o caso brasileiro.

A tabela 1 compara quatro critérios de identificação da classe média urbana brasileira, de acordo com o rendimento médio mensal *per capita*:

- Critério do Projeto Vozes da Classe Média – entre R\$ 291,00 e R\$ 1019,00 –, por ser o critério de um programa do governo direcionado a este segmento da população (BRASIL, 2012a);
- Critério de Linha de Pobreza – entre meio e cinco vezes o salário mínimo – por ser um critério mostra os que saíram da condição de pobreza absoluta<sup>5</sup>, mas ainda não fazem parte do pequeno grupo de cerca de 6% da população de 10 anos ou mais de idade que recebem mais de cinco salários mínimos (IBGE, 2013);
- Critério Misto 1 – entre R\$ 291,00 e o 90º percentil de renda – por combinar o critério do limite inferior utilizado pelo Vozes da Classe Média e não incluir os 10% mais ricos da população<sup>6</sup>.
- Critério Misto 2 – entre meio salário mínimo e o 90º percentil de renda – por combinar o critério do limite inferior da Linha de Pobreza e não incluir os 10% mais ricos da população.

---

<sup>5</sup> De acordo com o Ipea (2010), as linhas de extrema pobreza e de pobreza absoluta equivalem ao rendimento médio domiciliar per capita até um quarto e metade do salário mínimo mensal, respectivamente.

<sup>6</sup> Como citado na seção 2, os 10% mais ricos se apropriam de mais de 42% da renda nacional.



Tabela 1: Comparação dos diferentes critérios de definição da “Classe Média”, de acordo com o critério Misto 2 – Domicílios urbanos - 2011

<b>Crítérios</b>	<b>Intervalos de Renda</b> (Rendimento médio mensal per capita - R\$ de 2011)	<b>Pobres</b> (%)	<b>Classe Média</b> (%)	<b>Ricos</b> (%)
<b>“Vozes da Classe Média”</b>				
Entre R\$ 291,00 e R\$ 1019,00 (R\$ de 2012)	[306,6 ; 1073,5[	24,4	52,2	23,4
<b>Linha de Pobreza</b>				
Entre 1/2 e 5 vezes o salário mínimo	[272,5 ; 2725[	21,3	72,6	6,1
<b>Misto 1</b>				
Entre R\$ 291,00 (R\$ de 2012) e o 90º percentil de renda	[306,6 ; 2000[	24,5	65,5	10,0
<b>Misto 2</b>				
Entre 1/2 salário mínimo e o 90º percentil de renda	[272,5 ; 2000[	20,9	69,1	10,0

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2013).

Os limites inferiores dos critérios apresentados estão próximos, porém os limites superiores são divergentes, resultando em tamanhos diferentes da classe média urbana. Para todos os critérios apresentados na tabela 1, o percentual de pobres é semelhante, com diferença de apenas 3,6 pontos percentuais entre o maior e o menor. Em relação ao tamanho da classe média, o critério “Vozes da Classe Média” considera cerca de 52,2% dos domicílios urbanos como pertencentes a esta categoria, menor do que os demais critérios. O critério de Linha de Pobreza apresentou o maior percentual de classe média, 72,6%, distanciando mais de 30 pontos percentuais do critério anterior, e os critérios mistos apresentaram um tamanho de classe média semelhante, mais próximo do critério de Linha de Pobreza. Consequentemente, este último critério apresenta um percentual menor de ricos, quase quatro vezes menor do que o critério “Vozes da Classe Média”. A fim de evitar os extremos e ao mesmo tempo considerar as pessoas que saíram da condição de pobreza absoluta, optou-se por utilizar o critério Misto 2.

As características dos três estratos de rendimento podem ser observadas nas tabelas 2 e 3, de acordo com as variáveis de classificação e de caracterização, respectivamente. Como esperado, pela tabela 2, a categoria de renda mais alta (ricos) possuem nível de ensino bem superior às demais categorias – mais da metade (53,9%) dos chefes de domicílios ricos possuíam ensino superior em 2011. Por outro lado, os chefes dos domicílios pobres caracterizam-se por não terem ensino

primário completo – 61,3% para o mesmo ano. A classe média revelou-se com um nível de ensino intermediário, centrado basicamente no ensino primário e secundário completos, estatisticamente acima da média do total de domicílios.

Tabela 2: Características (variáveis de classificação) dos “Pobres”, da “Classe Média” [meio SM; 90º percentil] e dos “Ricos”, de acordo com o critério Misto 2 – Domicílios urbanos – 2011\*

	<b>Pobres</b>	<b>Classe Média</b>	<b>Ricos</b>	<b>Total</b>
	N = 19.111	N = 63.086	N = 9.239	N = 91.436
<b>Participação no total da amostra</b>	21 %	69 %	10 %	100%
<b>Educação</b> (nível de ensino)				
Sem ensino primário	<b>61,3 %</b>	44,7 %	9,0 %	44,6 %
Ensino primário completo	<b>17,5 %</b>	<b>15,9 %</b>	6,2 %	15,2 %
Ensino secundário completo	<i>19,8 %</i>	<b>31,6 %</b>	<b>30,9 %</b>	29,0 %
Ensino superior	<i>1,5 %</i>	7,8 %	<b>53,9 %</b>	11,2 %
<b>Categoria socioprofissional</b> (grupamentos ocupacionais do trabalho principal)				
Sem emprego	<b>42,6 %</b>	29,7 %	23,4 %	31,7 %
Dirigentes / Gestores	<i>1,3 %</i>	7,9 %	<b>42,7 %</b>	10,0 %
Empregos intermediários	<i>3,7 %</i>	<b>11,7 %</b>	<b>16,7 %</b>	10,5 %
Trabalhadores de serviços e comércio	<b>24,8 %</b>	<b>23,0 %</b>	8,1 %	21,9 %
Trabalhadores da produção	<b>27,7 %</b>	<b>27,7 %</b>	9,1 %	25,8 %
<b>Status do emprego</b> (posição na ocupação no trabalho principal)				
Sem emprego	<b>44,8 %</b>	30,7 %	24,0 %	33,0 %
Empregado com carteira assinada	<i>19,4 %</i>	<b>32,6 %</b>	23,3 %	28,9 %
Empregado sem carteira assinada	<b>16,8 %</b>	<i>10,6 %</i>	6,3 %	11,5 %
Funcionário público ou militar	<i>1,9 %</i>	6,0 %	<b>18,0 %</b>	6,3 %
Autônomo ou empresário (formal)	<i>0,9 %</i>	5,0 %	<b>18,3 %</b>	5,5 %
Autônomo ou empresário (informal)	<b>16,1 %</b>	<b>15,1 %</b>	<i>10,1 %</i>	14,8 %

\* Os valores significativamente superiores de uma classe em relação ao resto da população estão indicados em negrito – cálculo de resíduo padronizado do qui-quadrado ( $\chi^2$ ) para as variáveis nominais, nível de significância de 5% ( $p < 0,05$ ) –; os números em itálico indicam que os valores considerados são significativamente inferiores na classe considerada em relação ao resto da população.

\*\* Empregos intermediários é a agregação dos grupamentos ocupacionais do trabalho principal “técnicos de nível médio”, “trabalhadores de serviços administrativos” e “membros das forças armadas e auxiliares”.

N = tamanho da amostra.

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2013).

Em relação à categoria socioprofissional, tabela 2, a classe média caracterizou-se em 2011 como composta de trabalhadores, seja de serviços ou da produção, 23,0% e 27,7%, respectivamente. Dentre os pobres também estão estes trabalhadores, mas são sobretudo os sem

emprego – 42,6% para o mesmo ano. Já os ricos são dirigentes/gestores (42,7%) ou estão possuem empregos intermediários (16,7%), sendo esta última categoria também estatisticamente significativa na classe média.

Quanto ao status do emprego, a tabela 2 mostra que, em 2011, a falta de emprego e a informalidade são marcantes para os chefes dos domicílios pobres – emprego sem carteira assinada (16,8%) e autônomo ou empresário informal (16,1%). Os ricos, ao contrário, encontram-se na formalidade, pois apesar de apresentarem um percentual de carteira assinada abaixo da média do total dos domicílios, ainda assim são 23,3% nessa situação. A presença de funcionário público ou militar (18,0%) e de autônomo ou empresário formal (18,3%) são mais estatisticamente significativos que a média do total da população.

Pelas variáveis de caracterização, pode-se observar pela tabela 3 que os domicílios pobres estão concentrados nas regiões Norte e Nordeste e que os domicílios ricos estão nas demais regiões, pois apresentaram valores significativamente superiores em relação ao resto da população em 2011. A classe média também se concentra mais no Sudeste, Sul e Centro-Oeste, mas os valores, apesar de estatisticamente superiores, não foram tão distantes em relação ao total de domicílios.

Para as características do chefe do domicílio em 2011, a tabela 3 revela que dentre os pobres há um maior número de mulheres responsáveis pelo domicílio e são majoritariamente pardos. Os chefes de domicílios ricos são mais velhos do que os das outras categorias, são aposentados e brancos. Já a classe média possui idade média de 48 anos, quase metade é branca e possui mais aposentados do que a média da população – 21,4% contra 19,1%.

Quanto às características dos domicílios e equipamentos, as casas são o tipo de habitação principal dos pobres e da classe média, sendo que os domicílios dos ricos são apartamentos que ainda estão sendo pagos e possuem maior número de cômodos por pessoa. A posse de carro, microcomputador e o acesso à internet são marcantes nos domicílios ricos, enquanto os pobres são mais desprovidos desses equipamentos, sendo a motocicleta o bem mais marcante desta categoria. A classe média esteve próxima dos valores médios do total da população, sendo que quase metade possui computador e um terço possui carro. Nos domicílios pobres, o número de moradores é maior e a taxa de atividade média é menor, sendo esta última mais relevante nos ricos. Ressalta-se que o rendimento mensal domiciliar *per capita* nos domicílios ricos é muito superior ao do resto da população, porém são mais heterogêneos que das outras categorias.

Tabela 3: Características (variáveis de caracterização) dos “Pobres”, da “Classe Média” [meio SM; 90º percentil] e dos “Ricos” – Domicílios urbanos – 2011\*

	<b>Pobres</b> N = 19.111	<b>Classe Média</b> N = 63.086	<b>Ricos</b> N = 9.239	<b>Total</b> N = 91.436
<b>Participação no total da amostra</b>	21 %	69 %	10 %	100%
<b>Região geográfica</b>				
Norte	<b>18,6 %</b>	11,6 %	8,3 %	12,8 %
Nordeste	<b>42,8 %</b>	22,7 %	15,4 %	26,2 %
Sudeste	21,3 %	<b>34,0 %</b>	<b>37,6 %</b>	31,7 %
Sul	8,9 %	<b>19,4 %</b>	<b>22,9 %</b>	17,6 %
Centro-Oeste	8,3 %	<b>12,2 %</b>	<b>15,8 %</b>	11,7 %
<b>Características do chefe do domicílio</b>				
Idade (média)	42,3	<b>48,4</b>	<b>50,2</b>	47,3
Aposentado do INSS	7,4 %	<b>21,4 %</b>	<b>27,1 %</b>	19,1 %
Mulher	<b>45,0 %</b>	38,4 %	35,8 %	39,5 %
Raça/cor branca	30,2 %	<b>47,5 %</b>	<b>70,8 %</b>	46,3 %
Raça/cor parda	<b>55,8 %</b>	41,1 %	23,3 %	42,4 %
<b>Características do domicílio e equipamentos</b>				
Casa	<b>95,4 %</b>	<b>89,3 %</b>	54,9 %	87,1 %
Apartamento	4,0 %	10,2 %	<b>45,0 %</b>	12,4 %
Próprio (já pago)	69,6 %	<b>69,8 %</b>	66,8 %	69,5 %
Próprio (ainda pagando)	2,3 %	4,9 %	<b>10,0 %</b>	4,9 %
Alugado	18,8 %	19,6 %	<b>20,7 %</b>	19,5 %
Cômodos por pessoa (média)	1,5	2,3	<b>3,8</b>	2,3
Motocicleta	<b>11,4 %</b>	<b>10,9 %</b>	2,3 %	10,1 %
Carro	11,6 %	<b>33,5 %</b>	<b>72,6 %</b>	32,9 %
Motocicleta e carro	2,1 %	<b>8,2 %</b>	<b>10,4 %</b>	7,2 %
Microcomputador	20,8 %	<b>48,0 %</b>	<b>84,4 %</b>	46,0 %
Acesso à internet	19,3 %	38,9 %	<b>79,5 %</b>	38,9 %
<b>Número de moradores, atividade e renda</b>				
Número de moradores (média)	<b>3,9</b>	3,0	2,4	3,1
Taxa de atividade (média)	0,27	<b>0,54</b>	<b>0,66</b>	0,50
Rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>	167	745	<b>4176</b>	971
Coeficiente de variação do rendimento	0,486	0,520	0,875	-

\* Os valores significativamente superiores de uma classe em relação ao resto da população estão indicados em negrito – cálculo de resíduo padronizado do qui-quadrado ( $\chi^2$ ) para as variáveis nominais, nível de significância de 5% ( $p < 0,05$ ) –; os números em itálico indicam que os valores considerados são significativamente inferiores na classe considerada em relação ao resto da população.

N = tamanho da amostra.

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2013).

## 4.2 Composição heterogênea da classe média urbana brasileira

A análise da heterogeneidade da classe média urbana, de acordo com a metodologia adotada, levou à identificação de seis grupos nesta categoria de renda, como apresentado na tabela 4. Vale ressaltar que a característica mais marcante de cada grupo é revelada por ser estatisticamente superior ao total da “classe média”.

Tabela 4: Características (variáveis de classificação) dos grupos constitutivos da “Classe Média” (CM) – classificação mista – Domicílios urbanos – 2011\*

	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>F</b>	<b>Total</b>
<b>Participação no total da CM</b>	31 %	5 %	9 %	10 %	15 %	31 %	<b>CM</b>
<b>Educação</b> (nível de ensino)							
Sem ensino primário	<b>66,9 %</b>	26,4 %	8,9 %	<b>47,9 %</b>	<b>52,8 %</b>	31,0 %	44,7 %
Ensino primário completo	11,5 %	<b>18,0 %</b>	5,9 %	<b>18,5 %</b>	<b>19,7 %</b>	<b>19,9 %</b>	15,9 %
Ensino secundário completo	17,3 %	<b>42,5 %</b>	30,8 %	30,8 %	25,6 %	<b>47,4 %</b>	31,6 %
Ensino superior	4,3 %	<b>13,1 %</b>	<b>54,4 %</b>	2,8 %	1,9 %	1,7 %	7,8 %
<b>Categoria socioprofissional</b> (grupamentos ocupacionais do trabalho principal)							
Sem emprego	<b>97,0 %</b>	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	29,7 %
Dirigentes / Gestores	0,1 %	<b>38,3 %</b>	<b>39,7 %</b>	4,6 %	5,1 %	4,0 %	7,9 %
Empregos intermediários**	0,0 %	7,6 %	<b>39,9 %</b>	<b>14,4 %</b>	4,7 %	<b>18,3 %</b>	11,7 %
Trabalhadores de serviços e comércio	0,2 %	<b>29,3 %</b>	14,5 %	<b>46,6 %</b>	<b>31,8 %</b>	<b>35,2 %</b>	23,0 %
Trabalhadores da produção	2,7 %	24,9 %	5,9 %	<b>34,5 %</b>	<b>58,4 %</b>	<b>42,5 %</b>	27,7 %
<b>Status do emprego</b> (posição na ocupação no trabalho principal)							
Sem emprego	<b>100 %</b>	0,0 %	0,4 %	0,0 %	0,0 %	0,4 %	30,7 %
Empregado com carteira assinada	0,0 %	0,0 %	23,1 %	0,0 %	0,0 %	<b>99,6 %</b>	32,6 %
Empregado sem carteira assinada	0,0 %	0,0 %	5,0 %	<b>100 %</b>	0,0 %	0,0 %	10,6 %
Funcionário público ou militar	0,0 %	0,0 %	<b>67,8 %</b>	0,0 %	0,0 %	0,0 %	6,0 %
Autônomo ou empresário (formal)	0,0 %	<b>100 %</b>	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	5,0 %
Autônomo ou empresário (informal)	0,0 %	0,0 %	3,8 %	0,0 %	<b>100 %</b>	0,0 %	15,1 %

\* Os valores significativamente superiores de uma classe em relação ao resto da população estão indicados em negrito – cálculo de resíduo padronizado do qui-quadrado ( $\chi^2$ ) para as variáveis nominais, nível de significância de 5% ( $p < 0,05$ ) –; os números em itálico indicam que os valores considerados são significativamente inferiores na classe considerada em relação ao resto da população.

\*\* Empregos intermediários é a agregação dos grupamentos ocupacionais do trabalho principal “técnicos de nível médio”, “trabalhadores de serviços administrativos” e “membros das forças armadas e auxiliares”.

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2013).

Cada grupo foi nomeado segundo suas principais características de classificação: A - Aposentados, B - Classe média alta de independentes, C - Classe média alta de funcionários, D - Empregados sem carteira assinada, E - Independentes informais e F - Empregados com carteira assinada. Ou seja, os grupos B e C apresentam características mais semelhantes à categoria de ricos, D e E com características da categoria de “pobres”, A é claramente um grupo de aposentados e F pode ser considerado a “classe média da classe média”.

Outras características desses seis grupos foram identificadas utilizando as variáveis de caracterização, como mostra a tabela 5. A seguir, estão descritas as principais características de cada grupo.

### **Grupo A – Aposentados**

Este grupo representa quase um terço da classe média urbana e foi assim chamado porque possui muitos aposentados do INSS – 58,6% em relação à média da classe média que é de 21,4%. Por causa desta condição, a média de idade é elevada, 62,3 anos, não possuem emprego e a média da taxa de atividade no domicílio é baixa, sendo a maioria mulheres (59,3%). A sua localização no território nacional segue praticamente o mesmo padrão da distribuição do total da classe média pelas regiões geográficas, sendo ligeiramente maior no Nordeste e no Sudeste. Outra característica importante é o baixo nível de ensino – 66,9% não possuem o ensino primário completo. A maioria possui domicílio próprio já pago e não possui carro, moto, microcomputador e o acesso à internet é muito baixo. O rendimento mensal domiciliar *per capita* situa-se abaixo da média do total da classe média, não havendo muita variação no rendimento entre os domicílios desse grupo. Essas características traçam um perfil desse grupo de mulheres mais velhas, aposentadas, de baixo nível de ensino, de baixa renda e pouco voltadas para as novas tecnologias – como o acesso à internet.

### **Grupo B – Classe Média Alta de Independentes**

Esse grupo representa apenas 5% da classe média, mas todos são autônomos ou empresários formais e possuem rendimento mensal domiciliar *per capita* acima da média do total da classe média (R\$ 993), sendo o rendimento mais homogêneo no grupo. Por isso, foi denominado de Classe Média Alta de Independentes. São dirigentes/gestores ou trabalhadores de serviços e comércio, com média de idade dos chefes de domicílios de 44,6 anos, homens e 42,5% deles possuem ensino secundário completo. Quase um quarto – 26,5% – desses está localizado na região Sul e 61,6% são brancos. A maioria possui domicílio próprio já pago e possui carro, microcomputador e tem acesso à internet. O perfil desse grupo é de empresários relativamente jovens e brancos, com nível de ensino intermediário, possuidores de bens de consumo duráveis e ligados às novas tecnologias.

Tabela 5: Características (variáveis de caracterização) dos grupos constitutivos da “Classe Média” (CM) – classificação mista – Domicílios urbanos – 2011\*

	A	B	C	D	E	F	Total
<b>Participação no total da CM</b>	31 %	5 %	9 %	10 %	15 %	31 %	<b>CM</b>
<b>Região</b>							
Norte	10,2%	9,6 %	17,6 %	15,3 %	15,7 %	8,6 %	11,6 %
Nordeste	24,9 %	18,8 %	24,9 %	23,8 %	26,7 %	18,4 %	22,7 %
Sudeste	35,5 %	31,6 %	28,8 %	30,8 %	30,0 %	37,4 %	34,0 %
Sul	19,4 %	26,5 %	15,5 %	16,1 %	14,9 %	22,6 %	19,4 %
Centro-Oeste	10,0 %	13,5 %	13,3 %	14,0 %	12,7 %	13,0 %	12,2 %
<b>Características do chefe do domicílio</b>							
Idade (média)**	62,3	44,6	43,0	42,2	47,3	39,3	48,4
Aposentado do INSS	58,6 %	6,6 %	2,0 %	6,6 %	10,9 %	2,3 %	21,4 %
Mulher**	59,3 %	19,2 %	41,4 %	43,3 %	23,7 %	25,3 %	38,4 %
Raça/cor branca	50,7%	61,6 %	50,3 %	39,3 %	41,8 %	46,8 %	47,5 %
Raça/cor parda	38,3 %	30,8 %	39,7 %	47,3 %	46,6 %	41,2 %	41,1 %
<b>Características do domicílio e equipamentos</b>							
Casa	90,8 %	86,2 %	81,0 %	90,1 %	92,7 %	88,6 %	89,3 %
Apartamento	8,9 %	13,6 %	18,6 %	9,0 %	6,7 %	10,6 %	10,2 %
Próprio (já pago)	81,6 %	72,0 %	66,7 %	61,6 %	73,5 %	59,6 %	69,8 %
Próprio (ainda pagando)	2,5 %	6,3 %	8,7 %	4,4 %	3,2 %	6,9 %	4,9 %
Alugado	11,7 %	17,9 %	19,1 %	26,4 %	17,9 %	26,4 %	19,6 %
Cômodos por pessoa (média)	2,7	2,2	2,3	2,1	2,2	2,0	2,3
Motocicleta	7,0%	7,4 %	11,4 %	14,7 %	12,6 %	13,1 %	10,9 %
Carro	28,6 %	58,5 %	47,7 %	23,6 %	33,9 %	33,3 %	33,5 %
Motocicleta e carro	4,5 %	19,0 %	12,0 %	5,8 %	9,8 %	9,1 %	8,2 %
Microcomputador	35,5 %	74,8 %	77,1 %	39,0 %	44,2 %	52,7 %	48,0 %
Acesso à internet	17,0 %	64,0 %	79,0 %	36,0 %	29,0 %	51,0 %	38,9 %
<b>Número de moradores, atividade e renda</b>							
Número de moradores (média)**	2,7	3,5	3,2	3,0	3,1	3,1	3,0
Taxa de atividade (média)**	0,26	0,63	0,62	0,70	0,68	0,67	0,54
Rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>	712	993	993	654	716	709	745
Coefficiente de variação do rendimento	0,511	0,441	0,463	0,534	0,516	0,500	-

\* Os valores significativamente superiores de uma classe em relação ao resto da população estão indicados em negrito – cálculo de resíduo padronizado do qui-quadrado ( $\chi^2$ ) para as variáveis nominais, nível de significância de 5% ( $p < 0,05$ ) –; os números em itálico indicam que os valores considerados são significativamente inferiores na classe considerada em relação ao resto da população.

\*\* Para estas variáveis, a significância das distâncias foram calculadas para os grupos B, C, D, E e F em relação ao conjunto constituído por estes cinco grupos a fim de evitar o viés dado pela alta proporção de aposentados no grupo A (média da idade = 42,3; 29% de mulheres; média de número de moradores = 3,1 e proporção média de ativos = 0,67).

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2013).

### **Grupo C – Classe Média Alta de Funcionários**

Este grupo representa 9% da classe média e foi assim chamado, pois também possui rendimento mensal domiciliar *per capita* acima da média do total da classe média (R\$ 993), sendo o rendimento homogêneo no grupo, e é composto por domicílios cujos chefes são principalmente funcionários públicos ou militares (67,8%). São, portanto, dirigentes/gestores e empregados intermediários (“técnicos de nível médio”, “trabalhadores de serviços administrativos” e “membros das forças armadas e auxiliares”), com alto nível de ensino – 54,4% possuem ensino superior, contra 7,8% do total da classe média – e a média de idade de 43 anos. Quanto à localização geográfica, são mais importantes no Norte, sendo menos expressivos no Sudeste e no Sul – sempre comparando com o total da classe média. Metade desse grupo é de cor branca, moram mais em apartamento do que o total da classe média e ainda estão pagando pelo imóvel. Tal qual o grupo B, esse grupo possui carro, microcomputador e tem acesso à internet. Logo, esse grupo pode ser considerado de funcionários públicos relativamente jovens, com alto nível de ensino, possuidores de bens de consumo duráveis e ligados às novas tecnologias.

### **Grupo D – Empregados sem Carteira Assinada**

O grupo D representa 10% da classe média urbana e foi denominada como Empregados sem Carteira Assinada, pois todos os chefes de domicílio deste grupo são autônomos ou empresários que atuam informalmente. São principalmente trabalhadores de serviços e comércio (46,6%) e também trabalhadores da produção. Estão incluídos nesse grupo os trabalhadores domésticos sem carteira assinada. O nível de instrução é baixo, com 47,9% sem ensino primário e 18,5% com ensino primário completo. A distribuição geográfica não difere muito da distribuição do total da classe média, sendo ligeiramente superior no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste. São relativamente jovens (média de idade de 42,2 anos) e o grupo é composto de mais mulheres (43,3%) e pardos (46,6%) do que o total da classe média. Pagam mais aluguel do que o restante da classe média e não possuem bens de consumo duráveis – exceto motocicleta – e tem pouco acesso à internet (36,0%). Apresentam uma alta taxa de atividade, ou seja, outros moradores do domicílio trabalham também, além do chefe do mesmo. Possuem a renda mais baixa de todos os grupos da classe média, com mais heterogeneidade na distribuição do que os demais. Assim, esse grupo pode ser descrito como de trabalhadores informais, com baixo nível de instrução, relativamente jovens pardos, com poucos bens duráveis e pouco acesso às novas tecnologias.



### **Grupo E – Independentes Informais**

O grupo de Independentes Informais, que representa 15% da classe média, foi assim denominado porque todos os chefes dos domicílios são autônomos ou empresários informais. São trabalhadores da produção (58,4%), de serviços e comércio (31,8%). Mais da metade deles (52,8%) não possuem o ensino primário completo e somente 25,6% dos integrantes desse grupo possuem o ensino secundário completo. São, provavelmente, os comerciantes informais (camelôs) e os profissionais autônomos, como pedreiros, eletricitas, encanadores, pintores, etc.. Sua localização geográfica não difere muito da distribuição do total da classe média, mas pode-se dizer que estão mais concentrados no Norte e Nordeste se comparados com o restante da classe. São chefes de domicílios os homens de meia idade (média de idade de 47,3 anos), possuem imóvel próprio já pago e como poucos bens duráveis – exceto motocicleta – e tem pouco acesso à internet (29,0%). Apresentam uma alta taxa de atividade, ou seja, outros moradores do domicílio, além do chefe, também trabalham. Possuem o rendimento mensal *per capita* baixo da média da classe, com pouca heterogeneidade na distribuição deste rendimento no grupo.

### **Grupo F – Empregados com Carteira Assinada**

O último grupo identificado na classe média urbana foram os Empregados com Carteira Assinada e assim denominados, pois quase a totalidade (99,6%) dos chefes de domicílio são trabalhadores com contrato de trabalho. São majoritariamente os trabalhadores da produção (42,5%) e os trabalhadores de serviços e comércio (35,2%), mas os empregados intermediários também possuem representatividade (18,3%). Quase metade (47,4%) dos chefes de domicílios deste grupo possui ensino secundário completo e outros 19,9% o ensino primário completo. As distribuição geográfica não difere muito do total da classe média, estando, porém, mais concentrado no Sudeste, no Sul e no Centro-Oeste. São, sobretudo, homens jovens (média de idade de 39,3 anos) e pagam mais aluguel do que o restante da classe média. Não possuem carro, mas apresentam um percentual superior de posse de motocicleta que a média da classe, possuem computador e mais da metade (51%) tem acesso à internet. A taxa de atividade no domicílio é alta, ou seja, outros moradores do domicílio também trabalham, mas possuem o segundo mais baixo rendimento mensal *per capita*, com alguma homogeneidade na distribuição do rendimento do grupo. O que chama a atenção é que o grupo possui uma renda relativamente baixa, mas tem acesso a novas tecnologias e bens duráveis de menor valor. Por possuírem carteira assinada, infere-se que este grupo tem mais acesso ao crédito que os outros grupos com renda baixa, o que lhe permite de ter alguns bens que os de maior renda também possuem. Logo, o grupo F pode ser definido como de trabalhadores de carteira

assinada, com nível de instrução intermediário, com chefes de família homens e jovens, com baixo nível de renda, com bens duráveis de baixo valor e integrados às novas tecnologias.

O quadro 1 resume as principais características de cada grupo.

Quadro 1 – Síntese das principais características dos seis grupos de classe média

<b>Aposentados (31%)</b> Aposentados do INSS Idosos Mulheres Baixo nível de ensino Renda baixa Poucos bens duráveis Baixo acesso a novas tecnologias	<b>CM Alta de Independentes (5%)</b> Autônomos ou empresários formais Relativamente jovens Homens Nível de ensino intermediário Renda alta Bens de consumo duráveis Ligados às novas tecnologias	<b>CM Alta de Funcionários (9%)</b> Funcionários públicos (ou militares) Dirigentes / gestores Relativamente jovens Alto nível de ensino Renda alta Bens de consumo duráveis Ligados às novas tecnologias
<b>Empregados sem Carteira</b> <b>Assinada (10%)</b> Trabalhadores informais Trabalhadores do serviço e com. Relativamente jovens Baixo nível de ensino Renda baixa Poucos bens duráveis Baixo acesso a novas tecnologias	<b>Independentes Informais (15%)</b> Autônomos ou empresários informais Trabalhadores da produção Meia idade Homens Baixo nível de ensino Renda baixa Poucos bens duráveis Baixo acesso a novas tecnologias	<b>Empregados com Carteira</b> <b>Assinada (31%)</b> Trabalhadores formais Trabalhadores da produção Jovens Homens Nível de ensino intermediário Renda baixa Bens de consumo de baixo valor Ligados às novas tecnologias

Fonte: Elaboração própria

## 5 Considerações Finais

O crescimento econômico das economias emergentes nas duas últimas décadas gerou o fenômeno da inclusão de milhões de pessoas num estrato de renda intermediário, chamado de “classe média”. A literatura econômica ortodoxa vê este fato como positivo, pois além de aumentar o consumo da economia e seus consequentes desdobramentos em termos de geração de renda, emprego e riqueza, também leva à diminuição das distâncias entre ricos e pobres, resultando numa sociedade mais coesa, portanto politicamente mais forte e exigente quanto a instituições mais justas e democráticas.

Outra vertente de análise, heterodoxa, critica essa “nova classe média” brasileira por chamar de classe um estrato de renda, o que não reflete as características específicas dessa população e escamoteia importantes relações sociais. O aumento do consumo de bens duráveis e serviços

aparece como uma consequência do endividamento das famílias, o que leva a uma nova forma de superexploração da força de trabalho.

Não obstante, o conceito de classe média é impreciso, controverso e transdisciplinar, sendo abordado diferentemente pela literatura econômica e outras disciplinas das ciências sociais. Ademais, a classe média de qualquer país, delimitada por diferentes metodologias, mostra-se sempre heterogênea, tornando-se ainda mais na medida em que indivíduos que melhoraram sua renda pessoal passam a integrá-la.

Este artigo se propôs a identificar e caracterizar a classe média urbana brasileira por uma metodologia que utiliza, primeiramente, o critério econômico e depois a separa em grupos de acordo com o critério sociológico – educação e ocupação. Foi escolhida a classe média urbana, pois a taxa de urbanização do Brasil é de 84% e também por muitas pesquisas não incluírem a produção para o autoconsumo, muito comum no meio rural brasileiro. Além da caracterização pelas variáveis de classificação, os grupos também são analisados segundo as variáveis de caracterização, refinando o perfil de cada um deles.

A estratificação da renda da população de acordo com a PNAD 2011 separou-a em três categorias: pobres, classe média e ricos. De acordo com as variáveis de caracterização e classificação, conclui-se que:

Os pobres possuem baixo nível de ensino, são caracterizados como desempregados ou trabalhadores de serviços e produção, a maioria está na informalidade e situados no Norte e Nordeste. Não possuem muitos bens de consumo duráveis de alto valor e não têm acesso às novas tecnologias. Apresentam um maior número de pessoas por domicílio, um menor número de ativos no domicílio e o rendimento mensal domiciliar *per capita* é muito baixo, porém mais homogêneo entre os domicílios do que das outras categorias.

A Classe média possui nível de ensino intermediário, são majoritariamente trabalhadores de serviços e produção, com carteira assinada e alguma informalidade, situados mais no Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Quase metade é branca e possui um quinto de aposentado do INSS, possuem casa própria já quitada, tem acesso a carro, microcomputador, mas o acesso à internet não se mostrou significativo.

Os Ricos possuem alto nível de ensino, são majoritariamente dirigentes/gestores, trabalhadores intermediários, funcionário público ou militar e estão na formalidade. São majoritariamente brancos, têm mais aposentados do INSS do que as outras categorias, possuem carro, microcomputador, têm acesso à internet e menos pessoas morando no domicílio, mais pessoas trabalhando no domicílio além do chefe da família e o rendimento é muito alto e heterogêneo entre os domicílios, se comparados com as outras categorias de renda.

A classe média urbana brasileira mostrou-se bastante heterogênea. Foram identificados seis grupos: Aposentados (31% da classe média); Classe Média Alta de Independentes (5%); Classe Média Alta de Funcionários (9%); Empregados sem Carteira Assinada (10%); Independentes Informais (15%) e Empregados com Carteira Assinada (31%). O primeiro grupo é claramente composto por aposentados do INSS, o segundo e o terceiro grupos apresentam características mais semelhantes à estratificação de renda dos ricos, o quarto e o quinto grupos assemelham-se às características da estratificação de renda dos pobres e o último grupo pode ser considerado a “classe média da classe média”.

Assim, mesmo com características socioeconômicas completamente diferentes, o Estado é responsável pelos rendimentos de 40% da classe média identificada por esta metodologia (Aposentados e Classe Média Alta de Funcionários). A informalidade também é marcante na classe média, pois 25% encontram-se nessa condição (Empregados sem Carteira Assinada e Independentes Informais) e fazem parte da classe média porque já superaram a linha da pobreza. Ou seja, do ponto de vista monetário, faz parte da deste estrato de renda, mas sua caracterização mostra que são diferentes segmentos, inclusive na questão do capital cultural. Os trabalhadores que possuem seus direitos trabalhistas garantidos por contrato de trabalho (Empregados com Carteira Assinada) são, provavelmente, os 31% da classe média que se encontram na condição de superexploração da força de trabalho.

Este trabalho possui limitações inerentes a qualquer identificação e classificação de estratos de renda. Por utilizar um critério monetário, teve que estabelecer limites inferior e superior para a classe média, que por mais que sejam plenamente justificados, ainda assim podem-se encontrar alternativas viáveis, como adotar o SMN do Dieese como limite inferior da delimitação da classe média, para retirar o viés de superexploração da força de trabalho. Ademais, a quantidade de variáveis de classificação foi reduzida devido à restrição de tamanho do artigo.

Mesmo com tais limitações, esta análise pode ser ampliada utilizando mais variáveis de classificação e selecionando as características desejáveis a depender do propósito da utilização de seus resultados. De qualquer forma, esta caracterização da classe média urbana brasileira torna-se relevante para melhor compreender os padrões socioeconômicos de cada grupo e estabelecer políticas públicas mais direcionadas às necessidades de cada um deles, podendo, evidentemente, ser melhorada e refinada.

## Referências

ALMEIDA FILHO, N. (org.). **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**.

Brasília: IPEA, 2013.

BANERJEE, A.; DUFLO, E.. What is middle class about the middle classes around the world?.

**Journal of Economic Perspectives**, v. 22, n. 2, p. 3-28, 2008.

BONNEFOND, C.; CLÉMENT, M.. An analysis of income polarization in rural and urban China.

**Post-Communist Economies**, v. 24, n. 1, p.15-37, 2012.

BONNEFOND, C.; CLÉMENT, M.; COMBARNOUS, F. In search of the elusive Chinese urban middle class: An exploratory analysis. **Cahier du GREThA** 2013-19, 2013. Disponível em <<http://gretha.u-bordeaux4.fr/en/cahiers-du-gretha/les-cahiers-2013/search-elusive-chinese-urban-middle-class-exploratory-analysis>>. Acesso em: 9 dez 2013.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE/PR. **Comissão para Definição da Classe Média**. Brasília: Governo Federal, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Desigualdade, Heterogeneidade e Diversidade**. Vozes da Classe Média – Caderno 2. Brasília: Governo Federal, 2012b.

EASTERLY, W.. The middle class consensus and economic development. **Journal of Economic Growth**, v. 6, n. 4, p. 317-335, 2001.

FERREIRA, F.G.H. et al.. **Economic Mobility and the Rise of the Latin America Middle Class**, Washington, DC: World Bank, 2013.

FLEURY, S.. A fabricação da classe média: projeto político para nova sociabilidade. In: BARTELT, D. D. (org.). **A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

FRANCO, R.; HOPENHAYN, M.; LÉON, A. (Orgs.). **Las Clases Medias en América Latina: retrospectiva y nuevas tendencias**. Santiago: SigloXXI, CEPAL, 2010.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2011 - Microdados. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/default\\_sintese.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/default_sintese.shtm). Acesso em: 29 de abril de 2013.

\_\_\_\_\_. **Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil. Conceitos e definições da PNAD**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/mapa\\_mercado\\_trabalho/notastecnicas.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/mapa_mercado_trabalho/notastecnicas.shtm)>. Acesso em: 6 de fevereiro de 2014.

- IPEA. **Dimensão, Evolução e Projeção da Pobreza por Região e por Estado do Brasil**. Comunicado IPEA nº 58, Brasília: IPEA, 2010.
- JING, Y. 2010, “Stumbling on the rocky road: Understanding China’s middle class”, *International Journal of China Studies*, 1(2) : 435-458, 2010.
- LIPSET, S. M.. Some social requisites of democracy: Economic development and political legitimacy. **American Political Science Review**, v. 53, n.1, p. 69-105, 1959.
- LOAYZA, N.; RIGOLINI, J.; LLORENTE, G.. Do middle classes bring institutional reforms?. **Economics Letters**, v. 116, n.3, p. 440-444, 2012.
- LUCE, M. S.. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 11, n. 1, p. 160-190, 2013.
- MULLER, E.N.. Economic determinants of democracy. In: MIDLARSKY, M. I. (Ed.). **Inequality, democracy and economic development**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- NERI, M. (Coord.). **A Nova Classe Média**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.
- NERI, M.; CARVALHAES, L.. **Miséria e a Nova Classe Média na Década da Igualdade**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.
- PRESSMAN, S.. The decline of the middle class: an international perspective. **Journal of Economic Issues**, v. 41, n. 1, p. 181-200, 2007.
- SCALON, C.; SALATA, A.. Uma nova classe média no Brasil na última década? O debate a partir da perspectiva sociológica. **Revista Sociedade e Estado**, v. 21, n. 2, p. 387-407, 2012.
- SOBRINHO, G. G. de F. X.. ‘Classe C’ e sua alardeada ascensão: nova? Classe? Média?. **Índice Econômico FEE**, v. 38, n. 4, p. 57-80, 2011.
- SOSA ESCUDERO, W.; PETRALIA, S.. I can hear the grass grow: the anatomy of distributive changes in Argentina. **CEDLAS Working Paper**, nº 0106, 2010.
- SOUZA, A.; LAMOUNIER, B.. **A Classe Média Brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade**. Brasília, DF: CNI, 2010.
- SOUZA, J. A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo. In: BARTELT, D. D. (org.). **A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

TOMBA, L.. Creating an urban middle class: Social engineering in Beijing. **The China Journal**, v. 51, p. 1-26, 2004.

VICENTE, E.. Nova classe media: um delírio coletivo? In: BARTELT, D. D. (org.). **A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político**”. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

YUAN, Z.; WAN, G.; KHOR, N.. The rise of the middle class in the People’s Republic of China. **ADB Economics Working Paper**, n° 247, 2011.